



COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ.

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2012

**Belém –Pa.
março de 2013.**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Aloizio Mercadante Oliva

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Marco Antônio de Oliveira

REITOR PRÓ-TEMPORE DO IFPA
Prof. Dr. Élio de Almeida Cordeiro

PRÓ-REITORA DE ENSINO
Profa. Msc. Maria Neuza de Lima Pereira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Prof. Dr. José Roberto Brito Pereira

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Prof. Dr. José Alberto de Souza

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Regina Glória Pinheiro de O. Silveira

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Prof. Dr. Claudio Coller

DIRETORES DO IFPA

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS ALTAMIRA

Adelmar Alves de Aviz Junior

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS ABAETETUBA

Valdinei Mendes da Silva

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS BELÉM

Fernando Cunha Bastos

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS BREVES

Augusto Cesar Paes de Souza

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS BRAGANÇA

Gerson Nazaré Moutinho da Cruz

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS CASTANHAL

Francisco Edinaldo Feitosa Araujo

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

José Gomes da Silva

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS ITAITUBA

João Lobo Peralta

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS MARABÁ INDUSTRIAL

Augusto Sérgio Moreira Cardoso

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS MARABÁ RURAL

Antônio Cardoso

DIRETOR GERAL DO CAMPUS SANTARÉM

Fernando Sarmento Favacho

DIRETOR GERAL DO CAMPUS TUCURUÍ

Raimundo Nonato Sanches de Souza

DADOS DA INSTITUIÇÃO:

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ- IFPA.

Código: 1813

Caracterização de IES:

Instituição Pública Federal sem lucrativos

Estado: Pará

Município: Belém

Composição da CPA INSTITUCIONAL

Ano 2012

Portaria de Nomeação Nº 598/2012- Gabinete da Reitoria, 15 de Junho de 2012.

Mandato 2012 – 2013.

- Representante do Corpo Docente:
 1. Kleber Roberto Matos da Silva – Campus Belém -Titular.
 2. Vera Lucia Martins Figueiredo – Campus Belém – Suplente.
- Representante Técnico Administrativos:
 1. Roseane Fernandes da Costa – Reitoria – Titular.
 2. Gleice Izaura da Costa Oliveira – Campus Castanhal – Suplente.
- Representante Discente;
 1. José Diogo Santos de Oliveira(tecnologia em agroecologia) – Campus Bragança- Titular.
 2. Fernanda Rafaela de Souza (Tecnologia em Gestão de saúde)- Campus Belém – Suplente.
- Representante da Sociedade Civil :
 1. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará.
 2. Câmara de Educação superior do conselho Estadual de Educação.

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	5
1. Breve histórico do IFPA.....	7
2. A identidade do IFPA.....	11
3. A missão institucional.....	12
4. Histórico da CPA no Âmbito do IFPA.....	13
5. Da análise dos dados.....	14
5.1 Dimensão 1: Contexto Social.....	14
5.2 Dimensão 2: Organização Didático-Pedagógica.....	16
5.3 Dimensão 3: Corpo Docente.....	20
5.4 Dimensão 3: Instalações físicas.....	21
6. Fragilidades Observadas Na Análise Das Dimensões.....	22
7. Sugestões para a melhoria na qualidade do ensino.	22
8-- Considerações Finais.....	23
Anexos:	

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com a Regimento Interno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará –IFPA a Comissão Própria de Avaliação, caracteriza-se como órgão suplementar da Reitoria, tendo a atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição. Com a atribuição de conduzir os processos de avaliação interna do Instituto, de sistematizar e de prestação das informações solicitadas pelos órgãos de regulação da educação superior (MEC, INEP e CONAES); todas essas ações previstas no “caput” do Artigo 11 da lei 10.861/2004.

Sendo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, se faz necessário uma metodologia que atenda a essas especificidades. Assim, a Comissão Própria de Autoavaliação é organizada:

- Comissão Própria Institucional, sendo composta com os membros de campus diferentes, inclusive da Reitoria;
- Em cada Campus se constitui uma Comissão Própria de Avaliação com as mesmas competências da CPA Institucional;
- As Comissões dos Câmpus fornecerão subsídios e dados à CPA- Institucional que sistematizará em um único Relatório da Instituição.

Este documento sistematiza o resultado das Avaliações do exercício de 2012 do Instituto Federal do Pará a partir dos dados coletados e analisados pelas CPAs dos **Câmpus Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Itaituba, Marabá Rural e Tucurí nas dimensões** avaliativas:

1- DIMENSÃO 1: CONTEXTO SOCIAL

- Identificação da realizada sócio-econômica do aluno do IFPA, visualizando a implementação de políticas no âmbito da assistência estudantil que contribua para a permanência do alunado.

2- DIMENSÃO 2: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA:

- Compreensão do **Projeto do Curso e das** atividades que propiciem práticas associadas ao aperfeiçoamento científico-técnico-cultural e de relacionamento humano, visando à construção de competências no campo profissional, durante o curso;

3- DIMENSÃO 3 : CORPO DOCENTE:

- Identificar o rigor acadêmico, experiência prática do um corpo.

4- DIMENSÃO 4: Instalações físicas:

- Identificar a infraestrutura de um curso consiste num conjunto de elementos estruturais (salas de aula, sala da coordenação, biblioteca, laboratório, auditório), que suportam toda estrutura necessária ao desenvolvimento de um curso. Pois as infraestruturas constituem um quadro organizacional e uma estrutura de suporte do sistema ou organização de uma instituição

Por meio deste exercício desta pesquisa, o IFPA busca, na consolidação desta prática, o aprimoramento e o melhor desempenho da sua missão. É relevante destacar que os resultados destas avaliações estão sendo, na prática, utilizados como elementos para reorientar as ações dos processos de gestão do IFPA.

CPA- INSTITUCIONAL DO IFPA

1- BREVE HISTÓRICO DO IFPA

O instituto foi criado pelo Art. 5º, inciso XX, da Lei nº 11.892, de 29/12/2008 pela integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET) e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá (EAFC/EAFFMB); as quais atuam na rede federal de educação profissional há cem anos, com exceção da EAFMB, criada em 2008. Diante desta integração, torna-se necessário apresentar a trajetória de cada uma destas instituições supracitadas com o intuito de consubstanciar a base fundamental de origem do IFPA.

1.1 Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA), antiga Escola Técnica Federal do Pará (ETFFPA), em sua trajetória de um século, representa o sucesso de uma Instituição de Educação Profissional que buscou consolidar seu lugar na comunidade. Em seu início voltou-se para responder à necessidade da formação de aprendizes das profissões usuais da época e desenvolveu-se pelas exigências crescentes da sociedade, constituindo-se posteriormente em um dos mais importantes e conceituados estabelecimentos de formação profissionalizante do estado.

A Escola de Aprendizes Artífices do Pará, criada pelo Decreto do Presidente Nilo Peçanha em 23/09/1909, foi instalada em 1910, na Avenida Alcindo Cacela, esquina com Av. São Jerônimo (atual Governador José Malcher). À época, compreendia o ensino primário, cursos de Desenho e oficinas de Marcenaria, Funilaria, Alfaiataria, Sapataria e Ferraria. Em 1937, com a reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública, a Escola de Aprendizes Artífices passou a chamar-se Liceu Industrial do Pará e em 1942, com a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, recebeu a denominação de Escola Industrial de Belém (BASTOS, 1988).

Em 1959, a Escola Industrial de Belém transformou-se em Autarquia Federal, adquirindo autonomia didática, financeira, administrativa e técnica. A partir de 1966 passou a atuar no ensino profissional em nível de 2º grau, o atual ensino médio, com os Cursos Técnicos de Edificações e Estradas, concomitantemente com a gradativa extinção do curso ginásio-industrial. Com essa mudança, o centro passou a chamar-se Escola Industrial Federal do Pará. Em 1967, pela primeira vez, a instituição admite a matrícula de alunos do sexo feminino. Nesse mesmo ano foram criados mais dois cursos: Agrimensura e Eletromecânica (BASTOS, 1988).

A denominação Escola Técnica Federal do Pará (ETFPA) data de 1968 e coincide com a instalação definitiva na sede, onde se situa o atual Campus Belém, situada na Av. Almirante Barroso, 1155, no bairro do Marco. No ano seguinte, em 1969 foi criado o curso de Saneamento; e em 1970, o curso de Eletromecânica é desdobrado em Eletrotécnica e Mecânica de Máquinas, hoje apenas Mecânica. Em 1972, foi criado Telecomunicações e, em 1973, o curso de Eletrônica. Em 1975, a Escola foi solicitada a criar os cursos de Mineração e Metalurgia, após a descoberta das jazidas minerais de Carajás e Trombetas. Em 1989, para acompanhar a informatização crescente do setor industrial, foi implantado o Curso de Processamento de Dados (BASTOS, 1988).

1.1.1 Cursos Técnicos (Especiais)

A partir de 1995, a Escola passou a atuar em regime anual, sendo reservado o período diurno para o atendimento de alunos egressos do 1º grau em Cursos Regulares e o noturno, para os Cursos Técnicos Especiais, com duração de dois anos, proporcionando a complementação profissionalizante a alunos com o 2º grau concluído. No mesmo ano, foram implantados os Cursos Técnicos Especiais de Edificações, Eletrotécnica, Mecânica, Metalurgia, Processamento de Dados e Curso Técnico de Trânsito, este último em convênio com o Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN), iniciando no segundo semestre de 1996.

1.1.2 Cursos Técnicos (Pós-Médio)

A partir de 1998, em consonância com o preconizado no Decreto nº 2.208/97 e na Portaria nº 646/97, implantaram-se cursos técnicos na modalidade pós-médio nas áreas de Química, Radiologia Médica, Registro de Saúde, Pesca e Turismo a fim de atender à necessidade da formação de recursos humanos na área tecnológica.

1.1.3 Interiorização do Ensino Técnico

Em consonância com o desenvolvimento da Região e o surgimento de novos pólos de expansão no interior do Estado, o CEFET implantou em 1987, Unidades Descentralizadas de Ensino Técnico, a fim de atender às solicitações do mercado de trabalho nos municípios de Altamira (Portaria nº 155 de 12/03/87) com o Curso Técnico de Agrimensura, e, a partir de 1997, cursos de qualificação profissional na área agro-industrial (Ensino Fundamental) e Marabá (Portaria nº 156 de 6 12/03/87) com o Curso de Edificações. Atualmente ministram-se, também, Cursos de Educação Profissional, em Nível Básico (BASTOS, 1988). Em 1995

foi implantada a Unidade de Ensino Descentralizada de Tucuruí (Portaria nº 1.769 de 21/12/94) com os cursos de Eletrotécnica, Saneamento e Processamento de Dados.

1.1.4 Ensino Pós-Técnico (Atualização e Especialização).

Em 1980, em convênio com o Parque de Material Aeronáutico de Belém (PAMA-BE), iniciou um Curso Pós-Técnico de Manutenção de Aeronaves. Com a evolução da experiência, o Departamento de Aviação Civil (DAC) criou a primeira Escola de Mecânicos Civis de Aeronaves, em convênio com o CEFET-PA.

A experiência estendeu-se ao Curso de Eletrônica, e, em 1991, formou-se a primeira turma de alunos de Manutenção de Aeronaves, na modalidade Eletrônica. Vale salientar a excelente absorção, pelo mercado de aviação civil, dos técnicos oriundos desse convênio, demonstrando a visão pioneira do CEFET-PA, no atendimento às necessidades regionais.

1.1.5 Cursos de Extensão

Cursos de Lapidação e Artesanato Mineral foram implantados, em 1990, no CEFET-PA, em decorrência de convênio firmado com a Paraminérios, órgão da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, para formar mão-de-obra especializada, a fim de atender às necessidades emergentes do mercado de trabalho, em decorrência da implantação de polo mineral na Região.

Em 1991, intensificou-se a oferta de cursos profissionalizantes de curta duração, objetivando atender a demanda do sistema produtivo e a necessidade de aperfeiçoamento e atualização profissional de jovens, adultos e trabalhadores decorrentes dos novos perfis profissionalizantes. A partir de 1997, ofereceu-se à comunidade paraense cerca de 75 cursos de educação profissional, em nível básico, nos diversos setores da economia. Esses cursos são ministrados em Belém e em vários municípios do Estado do Pará, atendendo uma média de 3.500 participantes/ano.

1.1.6 Cursos Superiores

Em 1988/1989, em parceria com o CEFET-MG, a ETFPA realizou o “Curso Emergencial de Licenciatura Plena para Graduação de Professores da Parte Especial do Currículo de Ensino do 2º

Grau” – Esquema I – que habilitou 31 professores da então ETFPA, na área pedagógica para o exercício do Magistério de 2º Grau. Ao longo de mais de 10 anos, o CEFET-PA acompanha e avalia estágio de estudantes de Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Pará

(UFPA), da Universidade Estadual do Pará (UEPA) e da Universidade da Amazônia (UNAMA).

Em 1997, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Pará e com a Universidade Estadual do Pará (UEPA), foi realizado no CEFET-PA o Curso de Especialização em Informática Educativa; objetivando a capacitação de docentes para atuar no Projeto PROINFO da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC). Coube ao CEFET-PA, neste convênio, a responsabilidade de cessão de salas de aula, de laboratórios, softwares, manutenção dos sistemas e da biblioteca. Foram especializados 70 professores nesta área.

Ainda 1997, por meio do decreto nº 2.208/97, foi instituída pelo Ministério da Educação (MEC), a verticalização da educação profissional, em níveis básico, técnico e tecnológico. Desta forma, por intermédio do Decreto S/Nº datado de 18 de janeiro de 1999, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, a antiga ETFPA foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA), com a finalidade de atuar no Ensino Médio nos vários níveis e modalidades da educação profissional e da educação superior, bem como desenvolver a pesquisa tecnológica, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos de educação continuada.

A partir de março de 2000, o CEFET-PA, amparado pelo Decreto Federal nº 2.406, de 27 de novembro de 1997, assumiu um novo desafio: a implantação de cursos superiores de tecnologia. Baseado no compromisso de atender a demanda regional, subsequente a um grande contingente de professores leigos, com escolarização em nível fundamental ou médio, sem a devida habilitação do Magistério, passa a ofertar os Cursos de Licenciatura. Tais cursos concentraram-se nas Ciências e suas Tecnologias, atendendo às mudanças propostas pela reforma do ensino, e foram ofertados em Belém e nos municípios de Parauapebas, Tucuruí, Santarém e Redenção.

A proposta pedagógica do CEFET-PA, para os Cursos de Licenciatura, pautou-se no fortalecimento efetivo da profissionalização do educador por meio de um eixo comum, representado pelo desenvolvimento de competências básicas que abrangem a especificidade do trabalho do professor. Após a conclusão do Curso Normal Superior, o professor estará habilitado a ministrar aulas no Ensino Fundamental e na Educação Infantil e no término dos Cursos de Licenciatura, estará apto a ministrar aulas no Ensino Fundamental e Médio.

Em setembro de 2000, o CEFET-PA, amparado pelo Decreto Federal nº 2406/1997, passou a ofertar Cursos Superiores de Tecnologia em Belém e depois nas unidades do interior. Atualmente são ofertados sete destes cursos de graduação. Em dezembro de 2004, foi

implantado o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (PNE), objetivando desenvolver o Programa Nacional de Educação, Tecnologia e Profissionalização (TECNEP) para PNE no CEFET-PA.

A história do IFPA desvela que sempre esteve comprometido com as necessidades e exigências políticas, sócio-econômicas, culturais e tecnológicas do Estado, num processo de integração permanente com o sistema de produção e com a sociedade, na consolidação da identidade e do desenvolvimento regional, assumindo, portanto, um papel de referência educacional, científica e tecnológica no estado e na região amazônica.

2- A IDENTIDADE DO IFPA

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados pela Lei 11.892, de com as seguintes finalidades:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento da potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

No artigo 7º da referida Lei, constam os seguintes objetivos e metas:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

A partir dessas finalidades e objetivos, percebe-se a essência dos IF, o que caracteriza a missão oficial dos mesmos, sem destacar as particularidades inerentes a cada instituto. No IFPA, a missão foi elaborada em um processo coletivo resultante de uma metodologia única que privilegiou a gestão participativa, tanto por meio de consultas à comunidade acadêmica e externa, à sociedade, como por meio de audiências públicas e oficinas. A resultante desse processo foi a composição da missão, da visão, dos objetivos estratégicos e dos valores compartilhados pelo IFPA.

3-Missão

Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa e extensão, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes.

4. HISTÓRICO DA CPA NO ÂMBITO DO IFPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA atendendo as exigências legais e com o envolvimento da comunidade acadêmica promoveu a autoavaliação no ano de 2008. Quando produzimos o primeiro relatório como forma de fornecer inputs ao processo administrativo institucional, e na sua utilização como instrumento de gestão democrática, fortalecendo o processo democrático interno, com legitimidade e objetividade.

Após a efetivação destas ações, enfrentamos dificuldades para dá continuidade ao processo de autoavaliação. Dificuldades essas em decorrência das distâncias entre os *campi*, estamos situados na região amazônica que criou naquele momento dificuldades de locomoção e da socialização de informações para subsidiar o desempenho da CPA. Aliado a problemática da compreensão e envolvimento de todos os membros da comunidade educativa em se apropriar da finalidade da ação da Comissão.

Em 2009 após obtermos o conceito preliminar de curso menor que 03 na avaliação externa promovida pelo ENADE –Exame Nacional de desempenho dos Estudantes nos cursos de Licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química. Esses aspectos motivaram e despertaram a real necessidade e finalidade da autoavaliação na instituição, o instituto através da Pró-Reitoria de Ensino iniciou um processo de conscientização e envolvimento da comunidade para a reestruturação da atual CPA através das ações da Pró- Reitoria de Ensino ao longo do ano de 2010/2011.

Em continuidade ao processo de auto-avaliação, a CPA do IFPA nos primeiros meses de 2010 focou-se na preparação e constituição das CPAs dos *campi* em conformidade com o Regimento Interno da Instituição. No regimento prevê que cada Campus terá uma Comissão Própria de Avaliação com as mesmas competências da CPA Institucional (art.7º) e no Art. 8º- diz que as Comissões dos Campus fornecerá subsídios e dados à CPA- Institucional e ao Pesquisador Institucional de acordo com caput do art. 65ª do Regimento Geral do IFPA.

Seguindo ao determinado, iniciamos ações em todos os *campi* que atualmente se encontram em fase de planejamento e execução da pesquisa de campo com os seguintes resultados:

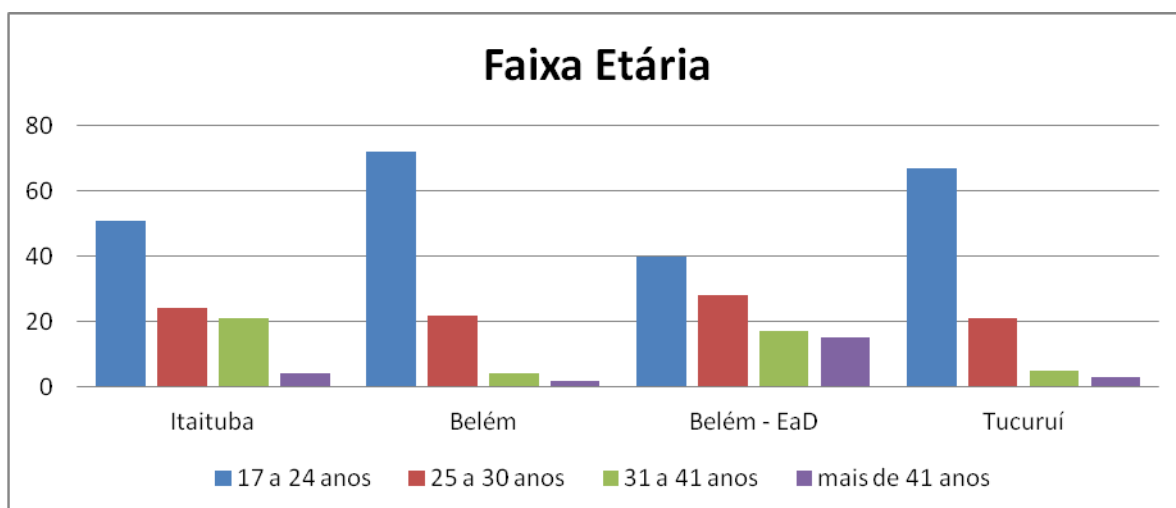
- 1- **Câmpus Belém e Abaetetuba** as comissões estão estruturadas, realizaram avaliações ao longo do ano de 2011 e 2012.
- 2- **Câmpus Altamira, Bragança, Itaituba, Marabá Rural e Tucuri** realizaram avaliações ao longo do ano de 2012.

3- Câmpus Castanhal, Marabá Industrial, Conceição do Araguaia, Santarém, e Breves estão em fase de estruturação das suas respectivas CPAs.

5- Da análise dos dados

5.1- DIMENSÃO 1: CONTEXTO SOCIAL

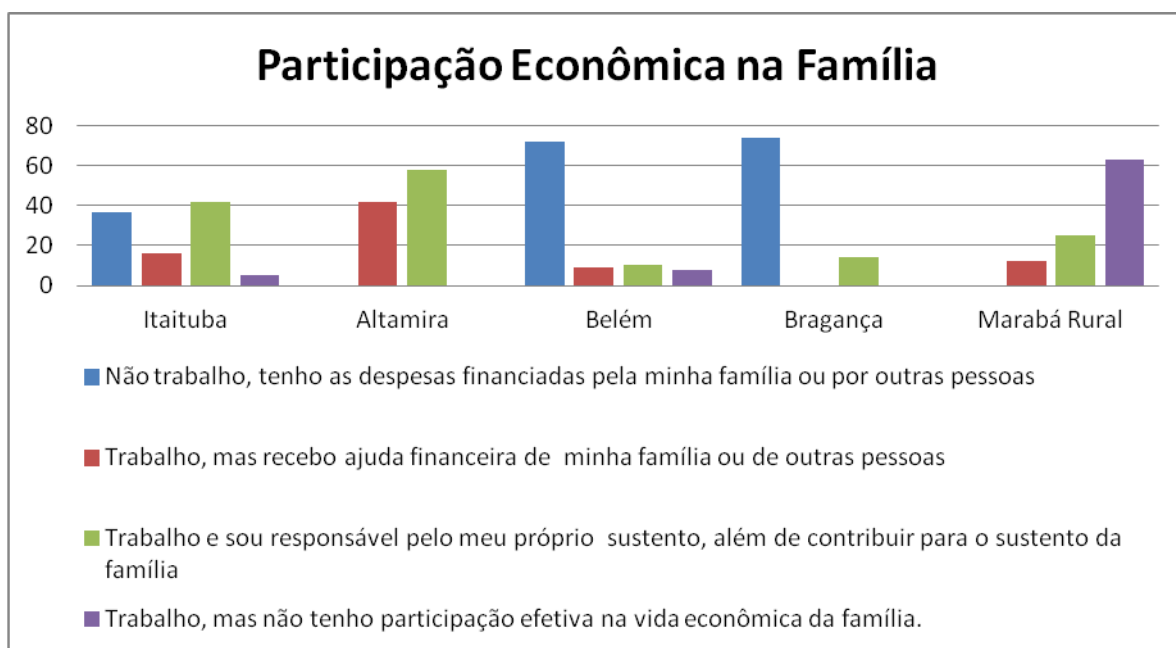
1.1. Caracterização dos Alunos quanto a faixa etária				
	Itaituba %	Belém %	Belém – EaD %	Tucuruí %
17 a 24 anos	51	72	40	67
25 a 30 anos	24	22	28	21
31 a 41 anos	21	4	17	5
mais de 41 anos	4	2	15	3



O IFPA atua no nível básico e superior de educação e com as modalidades da educação profissional, especial e a EaD inter cruzando-se em suas ações educativas.

Predominam conforme os dados, a faixa etária jovem, de 17 a 24 anos. Seguidos de adultos jovens de 25 a 30 anos. Com amostra observa-se que o maior percentual concentra-se na faixa etária de 17 a 24 anos. Identifica-se que os cursos ofertados pelo Instituto desperta o interesse da sociedade, já que a faixa etária revela que estamos atingindo o jovem na primeira fase de acesso a graduação.

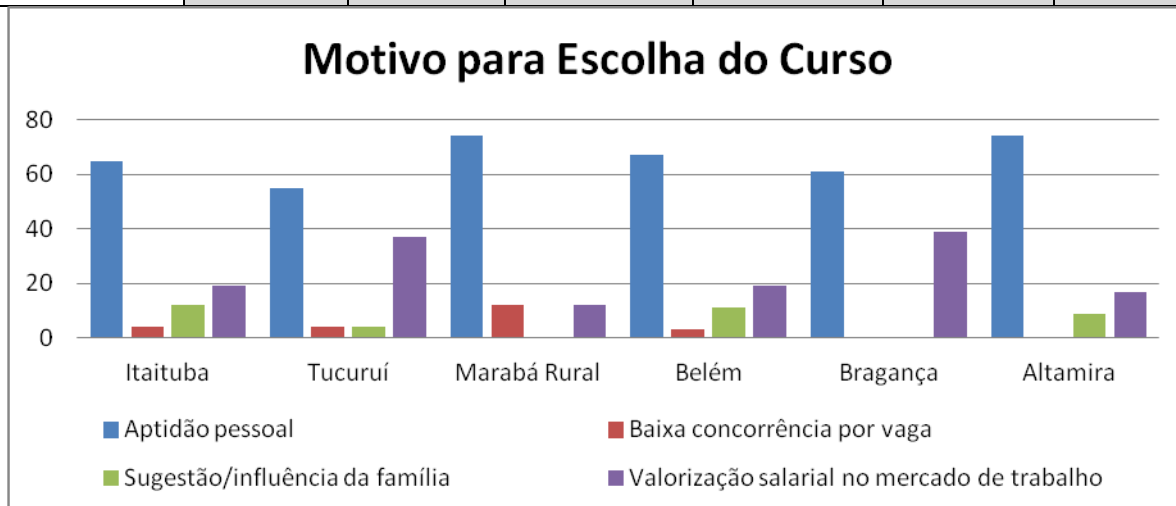
1.2. Participação na vida econômica da família					
	Itaituba %	Altamira %	Belém %	Bragança %	Marabá Rural %
Não trabalho, tenho as despesas financiadas pela minha família ou por outras pessoas	37	0	72	74	0
Trabalho, mas recebo ajuda financeira de minha família ou de outras pessoas	16	42	9	0	12
Trabalho e sou responsável pelo meu próprio sustento, além de contribuir para o sustento da família	42	58	10	14	25
Trabalho, mas não tenho participação efetiva na vida econômica da família.	5	0	8	0	63



Observa que o percentual de 80% concentra-se em alunos que não trabalham e suas despesas são financiadas pela família. Esse dado nos revela que são alunos da primeira graduação e que a família foca na formação, na perspectiva que o aluno possa se dedicar integralmente a sua formação profissional, a família assume integralmente suas despesas. É de importante destacar que essa realidade enquanto predomina num campus pode inexistir em outro o que revela a heterogeneidade da realidade social do corpo discente em cada uma das unidades do IFPA. É significativo também que os dados mostram que essa realidade se divida com a

presença de trabalhadores, sendo essa uma instituição que se dedica a formação inicial ou continuada de trabalhadores.

1.3. Motivação para a escolha do curso						
	Itaituba %	Tucuruí %	Marabá Rural	Belém %	Bragança %	Altamira %
Aptidão pessoal	65	55	74	67	61	74
Baixa concorrência por vaga	4	4	12	3	0	0
Sugestão/influência da família	12	4	0	11	0	9
Valorização salarial no mercado de trabalho	19	37	12	19	39	17



Observa-se que em todas as amostras dos Câmpus pesquisados a maior concentração situa-se na aptidão pessoal que direciona a escolha do aluno, seguida da valorização salarial no mercado de trabalho. Exemplificamos através do Câmpus de Marabá Rural que tem concentrado sua oferta na Educação do Campo e que os 74% em aptidão pessoal, validam a oferta de ensino nesta área de conhecimento, em decorrência de atender a questão local e social.

No Câmpus Bragança concentra sua oferta nas licenciaturas e que atende a necessidade de professores para a Educação básica que o município apresenta ainda, nos relatos dos alunos afirmam que no último semestre já estão inseridos em sala de aula. Em decorrência da demanda de formandos estarem abaixo da oferta de vagas para professores.

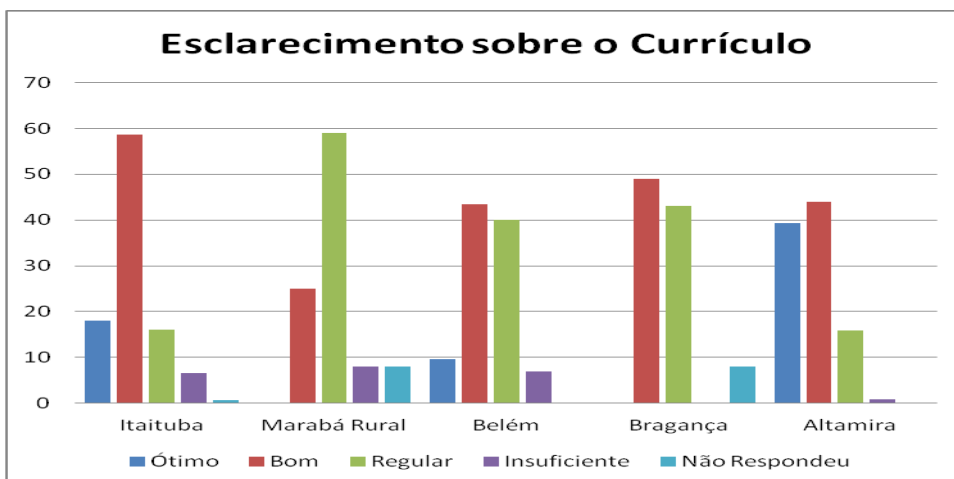
E por fim, aptidão pessoal e valorização no mercado de trabalho se dividem como os principais motivos que atraem o aluno para a instituição e escolha profissional. Sendo assim é possível inferir que esse aluno atribui expectativas quanto ao valor institucional para alcançar esse fim.

DIMENSÃO 1: CONTEXTO SOCIAL

Os dados da pesquisa que relacionam com o contexto socioeconômica do aluno do IFPA, demonstram que estamos trabalhando o ensino com uma parcela de jovens que estão fora do mercado de trabalho. Indicamos que sejam potencializadas a implementação de políticas no âmbito da assistência estudantil que contribua para a permanência deste alunado que procura o instituto por aptidão pessoal, visando garantir o direito de sua permanência no ensino de graduação.

5.-2 - DIMENSÃO 2: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA:

2.1. Esclarecimento sobre o currículo do Curso					
	Itaituba %	Marabá Rural %	Belém %	Bragança %	Altamira %
Ótimo	18	0	9,6	0	39,4
Bom	58,7	25	43,5	49	43,9
Regular	16	59	40	43	15,9
Insuficiente	6,6	8	6,9	0	0,8
Não Respondeu	0,7	8	0	8	



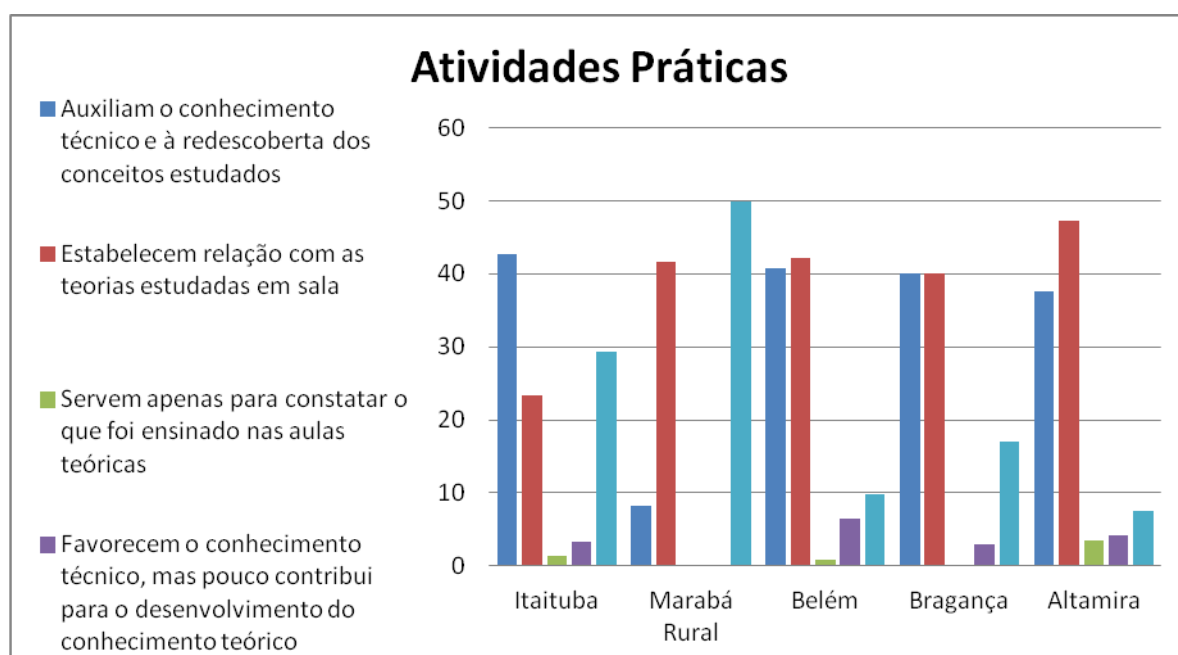
Consideramos bom o resultado desta amostra, os dados oscilam entre bom e regular na questão do conhecimento do currículo desenvolvido. No entanto, consideramos ainda insuficiente, na medida em que a LDBEN 9394/ 96 determina que o aluno deve conhecer, participar de toda a vida acadêmica. Principalmente a compreensão da sua formação da matriz curricular, do perfil do curso etc.

2.2. Participação em atividades acadêmicas					
	Itaituba %	Marabá Rural %	Belém %	Bragança %	Altamira %
Monitoria	19	0	6	0	3
Projetos de pesquisa	11	0	14	0	22
Programas de extensão	4	0	5	0	0
Bolsa de iniciação científica	13	0	13	29	0
Não participa	53	100	62	71	75

No tocante a participação em atividades acadêmicas o cenário de oportunidades em um campus e outro ainda é bem diverso, revelando índices de ausência de algumas atividades nos campus, o que por si só indica a necessidade de posterior avaliação referente ao fomento das mesmas nas unidades do IFPA. O programa de iniciação científica mostra-se como a atividade acadêmica mais frequente nos campi estudados.

2.3. Análise das atividades práticas - Laboratórios, oficinas pedagógicas, etc. (auxílio no conhecimento técnico)

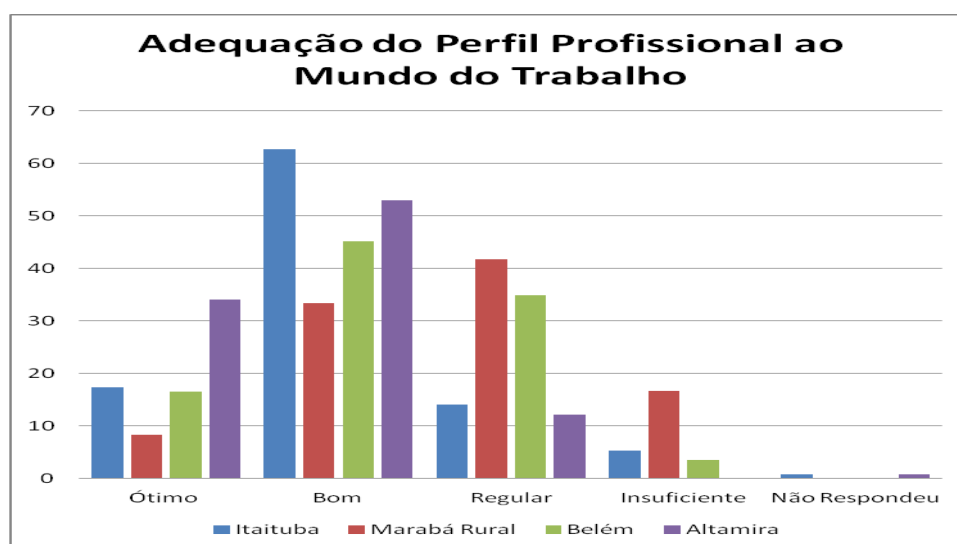
	Itaituba %	Marabá Rural %	Belém %	Bragança %	Altamira %
Auxiliam o conhecimento técnico e à redescoberta dos conceitos estudados	42,7	8,3	40,7	40	37,67
Estabelecem relação com as teorias estudadas em sala	23,3	41,7	42,2	40	47,26
Servem apenas para constatar o que foi ensinado nas aulas teóricas	1,3	0	0,8	0	3,42
Favorecem o conhecimento técnico, mas pouco contribui para o desenvolvimento do conhecimento teórico	3,3	0	6,5	3	4,11
Não respondeu	29,3	50	9,8	17	7,53



No tocante às práticas de laboratório os resultados evidenciam o uso enriquecido das práticas de laboratório e demais atividades pedagógicas na percepção dos alunos, pois que fortalecem os novos conhecimentos e fazem conexão com as teorias estudadas.

A amostra demonstra que os alunos visualizam as atividades práticas com a possibilidade de estabelecer redescoberta dos conceitos estudados, ou seja, a prática da reflexão sobre a ação, na perspectiva crítica social do conteúdo, no qual a reflexão subsidia a própria teoria. Esse aspecto revela a qualidade da ação prática do IFPA..

2.4. Adequação entre o perfil do profissional desejado e o mundo do trabalho				
	Itaituba %	Marabá Rural %	Belem %	Altamira %
Ótimo	17,3	8,3	16,5	34,1
Bom	62,7	33,3	45,2	53
Regular	14	41,7	34,8	12,1
Insuficiente	5,3	16,7	3,5	0
Não Respondeu	0,7	0		0,8

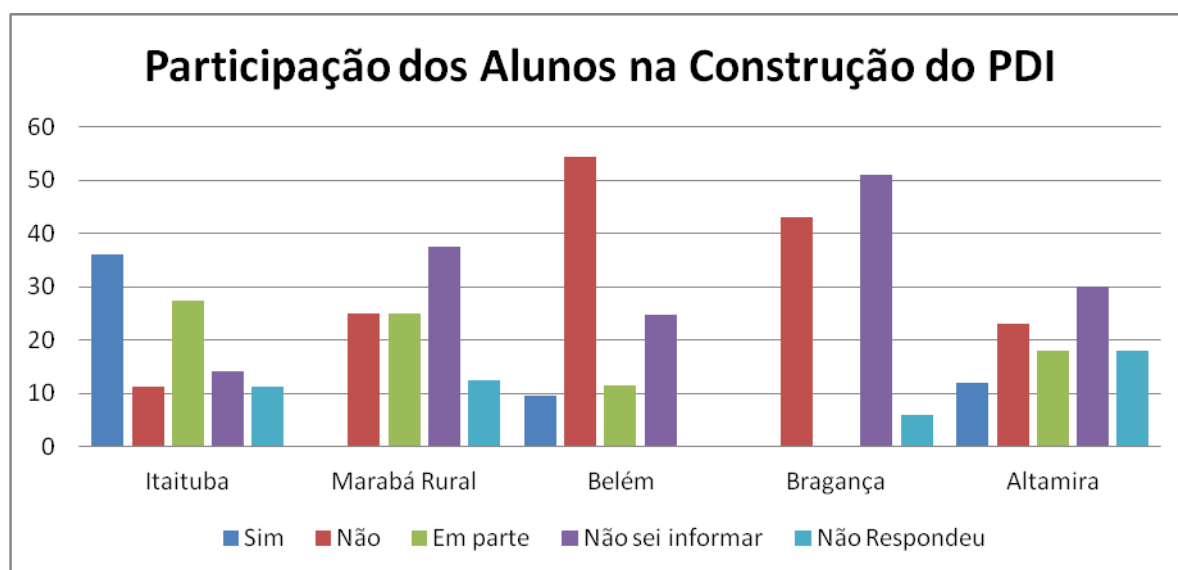


Amostra demonstra adequação do Projeto Pedagógico do curso às diretrizes curriculares da formação profissional dos sujeitos pesquisados com os números concentrados em ótimo, bom e regular.

2.5. Capacidade de Executar tarefas/atividades próprias da profissão				
	Itaituba %	Marabá Rural %	Belém %	Altamira %
Ótimo	10,7	3	14,3	40,91
Bom	49,3	4	48,4	49,24
Regular	26	1	23,8	3,03
Insuficiente	14	0	13,5	1,52
Não Respondeu		0	0	5,3

Amostra se concentra os maiores percentuais em ótimo e bom, revelando que a formação está fornecendo subsídios apropriados para a formação profissional. Isto significa que o ensino na graduação do IFPA é vista com qualidade.

2.6. Participação dos Alunos na Construção do PDI					
	Itaituba %	Marabá Rural %	Belém %	Bragança %	Altamira %
Sim	36	0	9,6		12
Não	11,3	25	54,4	43	23
Em parte	27,3	25	11,4		18
Não sei informar	14	37,5	24,6	51	30
Não Respondeu	11,3	12,5	0	6	18



A amostra indica que parte dos pesquisados não participam em torno de 50% ou apenas em parte da gestão. Essa amostra demonstra a fragilidade na gestão partilhada do IFPa no sentido que o Planejamento de Desenvolvimento Institucional deve ser planejado e elaborado com a participação da comunidade acadêmica.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA:

O IFPA, como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico científica, em atendimento à Lei Nº 11.892/2008, articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, aos quais se refere esse item. Atualmente o IFPA oferece cursos Técnicos de Nível Médio na forma Integrada e subsequente ao Ensino Médio e cursos superiores de Licenciatura, Tecnologia e Engenharia, em diversas áreas atendidas pelos Câmpus do Instituto, considerando os Arranjos Produtivos Locais(APL).

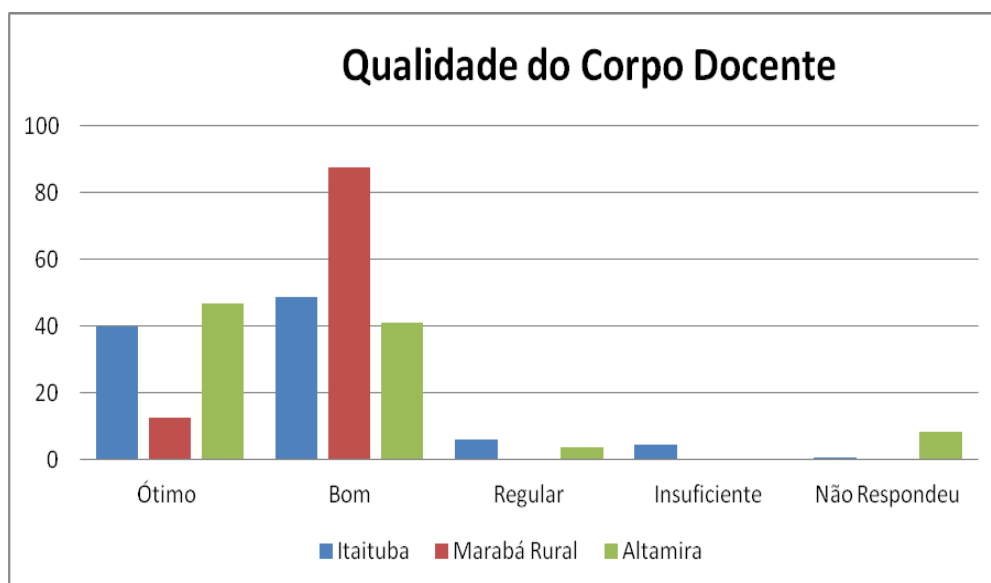
De acordo com o PDI (2009 – 2013) Os cursos do IFPA são regulamentados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e pelo Conselho Superior do Instituto. Os cursos de Nível Técnico, Superiores de Tecnologia, Engenharia e Licenciatura são regidos pela Organização Didático-Pedagógica, assim como os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), apoiados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos arranjos produtivos locais, aprovadas pelos Conselhos supracitados.

Sobre os referidos planos de curso, o corpo discente avalia como bom o nível de conhecimento e esclarecimento sobre o curso, contudo, considerando o somatório dos demais níveis de conhecimento é pertinente que se considere como elemento a ser aperfeiçoado.

Os dados demonstram que os alunos tem compreensão Projeto do Curso e das atividades que propiciem práticas associadas ao aperfeiçoamento científico-técnico-cultural e de relacionamento humano, visando à construção de competências no campo profissional, durante o curso.

5.3- DIMENSÃO 3 : CORPO DOCENTE:

6.1. Qualidade do Corpo Docente			
	Itaituba %	Marabá Rural %	Altamira %
Ótimo	40	12,5	46,97
Bom	48,7	87,5	40,91
Regular	6	0	3,79
Insuficiente	4,6	0	0
Não Respondeu	0,7	0	8,33



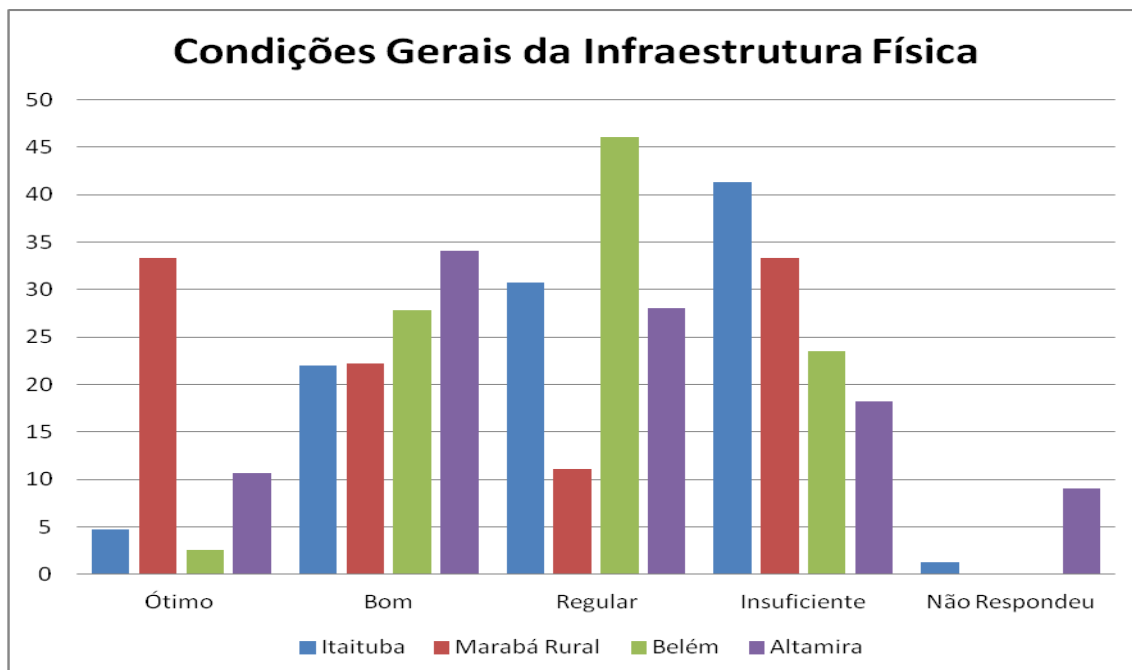
CORPO DOCENTE:

De acordo com o PDI (2009-2013) a meta pretendida pela Instituição durante o período de vigência deste PDI (2009-2013) quanto ao desenvolvimento dos Docentes na educação formal, será a de aumentar a titulação do corpo docente e diminuir paulatinamente o quantitativo de destes em nível de graduação, favorecendo a participação em programas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado com ônus financeiro à instituição.

O referido plano prevê expansão das funções docentes além de sua qualificação, conforme as características dos câmpus e suas ofertas.

Nesse ciclo avaliativo os alunos percebem majoritariamente como boa a qualidade docente de seus câmpus devendo ainda ser melhor trabalhado a categorização do sentido “qualidade”.

5.4- DIMENSÃO 4: Instalações físicas:



Amostra revela que o Câmpus Marabá Rural 35% consideram uma ótima estrutura, Câmpus Altamira 35% consideram bom. Enquanto os alunos do Câmpus Belém 45% consideram regular e do Câmpus Altamira 42% consideram insuficiente. Indica-se a ampliação da infraestrutura dos Câmpus de forma abrangente com foco no conjunto de elementos estruturais (salas de aula, sala da coordenação, biblioteca, laboratório, auditório), que suportam toda estrutura necessária ao desenvolvimento de um curso e agrega qualidade no ensino. A percepção dos alunos referente às condições gerais de infraestrutura mostra que ainda há muito a ser construído, embora no geral eles compreendam essa estrutura como boa. Essa percepção corresponde ao estágio de desenvolvimento em que a Instituição se encontra de expansão e mesmo surgimento de novas unidades.

6- FRAGILIDADES OBSERVADAS NA ANÁLISE DAS DIMENSÕES

- Fortalecer a interação “comunicação” entre as instâncias de atendimento (secretaria, coordenação pedagógica, coordenadores dos cursos) ao Discente.
- Implementação de políticas de apoio as atividades estudantil, no âmbito da pesquisa, extensão e inovação;
- Fortalecer o diálogo entre discentes e corpo de gestores do campus e das coordenações dos cursos;

- A ausência de participação da Diretoria responsável pelo egresso na Autoavaliação Institucional (DIREI).
- Fortalecimento dos Núcleos de Desenvolvimento Estruturante dos cursos para atendimento dos anseios discentes;

7- SUGESTÕES PARA A MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO

Como grande parte das fragilidades gravita em torno das dimensões docente e infraestrutura sugerimos as seguintes ações como estratégias de realinhar o campus Belém as expectativas da comunidade

- ✓ Acelerar reformas nos laboratórios;
- ✓ Acompanhamento pedagógico no desenvolvimento do conteúdo;
- ✓ Estabelecimento de relação mais estreita entre Coordenação de curso e aluno;
- ✓ Divulgação do PPC para os alunos do curso;
- ✓ Incentivo à pesquisa do corpo docente e discente;
- ✓ Modernização na biblioteca e seu sistema de pesquisa;
- ✓ Informatização do sistema de matrícula;
- ✓ Criação do Núcleo de Estágio, para a articulação entre IFPA e empresas;
- ✓ Estabelecimento de programa sério de acompanhamento do egresso.
- ✓ Fortalecer a interação “comunicação” entre as instâncias de atendimento (secretaria, coordenação pedagógica, coordenadores dos cursos) ao Discente.
- ✓ Definir espaço físico para atendimento individualizado na coordenação de curso;
- ✓ Fortalecer o Programa de Monitorias com incentivos;
- ✓ Implantar uma política para a extensão e iniciação científica;
- ✓ Implantação da Ouvidoria;
- ✓ Implementação de políticas de apoio as atividades estudantil ;
- ✓ Fortalecer o acesso à secretaria da coordenação, coordenação pedagógica, coordenações dos cursos;
- ✓ Implantação do Encontro Pedagógico com os discentes para análise do processo da gestão do conhecimento;
- ✓ Participação do egresso na Auto-Avaliação Institucional.
- ✓ Estabelecer estratégias para a criação do conselho de ética dos cursos;

- ✓ Intensificar ações de esclarecimentos sobre o Projeto Pedagógico do Curso aos discentes;
- ✓ Incentivar e ampliar as oportunidades de desenvolvimento profissional aos servidores;
- ✓ Promover ações de integração na comunidade acadêmica e com a comunidade entorno;
- ✓ Melhorar a articulação das ações entre as Diretorias, Coordenações e demais Servidores para o bom desenvolvimento do curso;
- ✓ Promover política de inclusão social;
- ✓ Incentivar programa de monitoria com incentivos aos discentes;
- ✓ Garantir a participação do egresso no processo de autoavaliação institucional;
- ✓ Implantar a ouvidoria na instituição;
- ✓ Reestruturação na organização e atendimento pela Coordenação de Curso;
- ✓ Promover estratégias de viabilizaçãoda comunicação interna e externa de forma institucionalizada;
- ✓ Criar política de capacitação dos servidores, com ações previstas em calendário institucional;
- ✓ Promover o planejamento participativo;
- ✓ Instituir o organograma do IFPA / Campus Abaetetuba, com ampla divulgação a comunidade institucional;
- ✓ Fortalecer a politica de participação estudantil;
- ✓ Instituir o Regimento Interno e o Organograma do Campus, viabilizando a comunicação das normas institucionais;
- ✓ Garantir a criação do Colegiado do curso;
- ✓ Garantir a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, bem como atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional;
- ✓ Promover a contínua avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, com atuação efetiva do Núcleo Docente Estruturante;
- ✓ Implementar política institucional de atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas;
- ✓ Ampliar o atendimento e melhorar a infraestrutura e a qualidade dos serviços da Secretaria Acadêmica, Pedagógico, de Enfermagem, de Assistência Social e Biblioteca, entre outros, necessários ao desenvolvimento do curso.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse relatório vem para afirmar o papel da CPA ao socializarmos as ações concretas oriundas dos resultados dos Processos Avaliativos realizados pelos Câmpus e, serão publicados à comunidade acadêmica no site dos respectivos Câmpus e do Instituto com o objetivo de promover a reflexão sobre o “Processo de Avaliação.

Ressalta-se a relevância da utilização dos resultados desta pesquisa para a melhoria na qualidade educacional na instituição, a partir da qual é possível identificar as fragilidades e potencialidades, possibilitando uma visão mais abrangente e constituindo-se instrumento para subsidiar o trabalho da gestão no processo de tomada de decisão e, conseqüentemente na busca continua por melhorias propostas por esta Comissão.

E por fim, percebemos que a cultura de avaliação deve ser acolhida por todos que fazem parte da nossa organização para que possa gerar envolvimento e compromisso com a missão e finalidade Acadêmica e Social do IFPA. Ao analisarmos as ações concretas realizadas no âmbito dos Câmpus envolvidos nesse processo, acreditamos que estamos caminhando para atingir nossos objetivos.

Belém, 29 de março de 2013.

CPA- INSTITUCIONAL DO IFPA

Anexos

1. **Portaria do CPA institucional**
2. **Portaria da CPA do Campus Abaetetuba**
3. **Portaria da CPA do Campus Altamira**
4. **Portaria da CPA do Campus Belém**
5. **Portaria da CPA do Campus Bragança**
6. **Portaria da CPA do Campus Conceição do Araguaia**
7. **Portaria da CPA do Campus Marabá Industrial**
8. **Portaria da CPA do Campus Tucuruí**
9. **Novo formulário de pesquisa Categoria discente**

ANEXO 1- Portaria do CPA institucional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
Gabinete da Reitoria

PORTARIA Nº 598/2012 - GAB DE 15 DE JUNHO DE 2012.

O REITOR SUBSTITUTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, nomeado através da Portaria nº 425/2012-GAB./IFPA, publicada no D.O.U. de 30.04.2012, de acordo com o Decreto 6.986 de 20/10/2009 e a Lei nº 8.112 de 11/12/1990, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 23051.008658/2012-10,

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR** conforme relação abaixo, os membros da Comissão Própria de Avaliação – CPA, deste Instituto, conforme disposto no Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006.

Representantes do Corpo Docente:

- 1 – Kleber Roberto Matos da Silva – Campus Belém – Titular;
- 2 – Vera Lucia Martins Figueiredo – Campus Marabá Rural – Suplente;

Representantes Técnicos Administrativo

- 1 – Roseane Fernandes da Costa – Campus Castanhal – Titular;
- 2 – Gleice Izaura da Costa Oliveira – Campus Bragança – Suplente;

Representantes Discentes

- 1 – José Diogo Santos de Oliveira – Campus Santarém – Titular;
- 2 – Fernanda Rafaela de Souza – Campus Industrial de Marabá – Suplente;

Art. 2º - Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Rui Alves Chaves
Reitor Substituto do IFPA
Port. 425/2012/IFPA

ANEXO 2: Portaria da CPA do Campus Abaetetuba



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
GABINETE DO CAMPUS ABAETETUBA

PORTARIA Nº 025/2011 – CAMPUS ABAETETUBA DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

O DIRETOR GERAL DO CAMPUS ABAETETUBA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, nomeado através da Portaria nº 196/2011-GAB - D.O.U. de 13.05.2011, no uso de suas atribuições legais concedidas através da Portaria nº 262-GAB, de 05.04.2010 - D.O.U. de 06.04.2010,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, os servidores abaixo relacionados, membros da Comissão Propria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Abaetetuba, a partir de 01 de junho de 2011.

• **Representantes Docentes:**

Marcelo da Silva Cadeiro,

Alex da Silva Lubão de Sousa.

• **Representantes Técnicos Administrativos:**

Giovana Parente Negrão,

Lucia Cristina Sousa da Silva,

• **Representantes Discentes:**

Rafael Bartolo Lima,

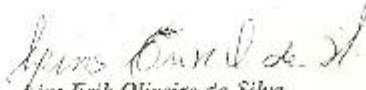
Augusto Lima Lopes.

• **Representante Sociedade Civil:**

José do Espírito Ferreira Gonçalves,

Divino Rogério Cardoso Silva.

Art. 2º Essa Portaria não gera efeito financeiro.


Luis Erik Oliveira da Silva
Diretor Geral do Campus Abaetetuba / IFPA
Port. 196/2011/GAB

ANEXO 4: Portaria da CPA do Campus Bragança



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS ALTAMIRA
GABINETE DA DIREÇÃO GERAL



PORTARIA Nº 025/2011/GAB/CAMPUS ALTAMIRA, 31 DE MARÇO DE 2011.

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ (IFPA) – CAMPUS ALTAMIRA, Professor ADELMAR ALVES DE AVIZ JÚNIOR, nomeado através da Portaria nº 231/2010/GAB/IFPA, de 26/03/2010 publicada no D.O.U. de 30/03/2010, no uso de suas atribuições legais concedidas através das Portarias nº 262/2010/GAB/IFPA, de 05/04/2010, Portaria nº 929/2010/GAB/IFPA e Portaria nº 930/2010/GAB/IFPA ambas de 02/09/2010,

RESOLVE:

Art.1º- **DESIGNAR**, os servidores e membros da comunidade abaixo relacionados, presidente e membros da **Comissão Própria de Avaliação – CPA**, deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Altamira.

TITULARES:

- **Presidente:** Domingos Sávio Lima de Oliveira, matrícula SIAPE nº 1843028;
- **Membro:** Bruno de Araujo Francisco, matrícula SIAPE nº 1820306;
- **Membro:** Patricia Valéria Sousa Costa, aluna matrícula 2009313202; e
- **Membro:** Antônio Pereira Martins, CPF 511.427.672-72, Sociedade Civil Organizada.

SUPLENTE:

- **Membro:** Elissuam do Nascimento Barros de Souza, matrícula SIAPE nº 1819888;
- **Membro:** Sandra Helena da Silva Rodrigues, matrícula SIAPE nº 1843026;
- **Membro:** Angelita Meirelis Sanches, aluna matrícula 201093016; e
- **Membro:** Ana Maria Miléo Moreira, CPF 596.133.512-72, Sociedade Civil Organizada.

Art.2º- Este ato não gera efeito financeiro.

Art.3º- Esta Portaria entra em vigor a partir da data de emissão.

Art.4º- Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.


Ademar Alves de Aviz Júnior
Diretor-Geral
IFPA – Campus Altamira
Portaria nº. 231/2010/GAB/IFPA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ.
Campus Bragança



PORTARIA Nº 63/2012 – GAB - 09 DE NOVEMBRO DE 2012.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA/CAMPUS BRAGANÇA, nomeado através da Portaria nº 153/2009, no uso de suas atribuições legais,

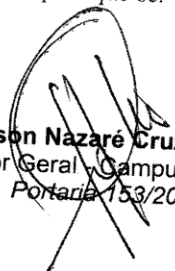
RESOLVE:

Art. 1º- **SUBSTITUIR** na PORT. Nº 24/GAB/IFPA-CAMPUS BRAGANÇA, de 07.03.2012, que constituiu a Comissão Própria de Autoavaliação (CPA)/IFPA-CAMPUS BRAGANÇA, a servidora GISELE MARIA DE OLIVEIRA CARVALHO, ocupante do Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, SIAPE nº 1656864, pelo servidor, EVANDRO LUIZ DA LUZ RIBEIRO, ocupante do Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, SIAPE nº 3193862.

Art. 2º- **SUBSTITUIR** na PORT. Nº 24/GAB/IFPA-CAMPUS BRAGANÇA, de 07.03.2012, que constituiu a Comissão Própria de Autoavaliação (CPA)/IFPA-CAMPUS BRAGANÇA, JOSE FABIO CRUZ PEREIRA, exonerado a pedido, pela servidora TANIA MARIA GONÇALVES FRANÇA, ocupante do Cargo Técnica em Enfermagem, SIAPE nº 1880269.

Art. 3º- **DESIGNAR**, como presidente da Comissão Própria de Autoavaliação (CPA)/CAMPUS BRAGANÇA o servidor EVANDRO LUIZ DA LUZ RIBEIRO, ocupante do Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, SIAPE nº 3193862.

Art. 4º - *Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.*


Gerson Nazaré Cruz Moutinho
Diretor Geral - Campus Bragança
Portaria 153/2009



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
GABINETE DO CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

PORTARIA Nº 091/2011 - CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA DE 26 DE SETEMB. DE 2011.

O DIRETOR GERAL DO CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, nomeado através da Portaria nº 259/2011-GAB - D.O.U de 06.04.2011, no uso de suas atribuições legais concedidas através da Portaria nº 262/2010-GAB, de 05.04.2010 – D.O.U de 06.04.2010,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, com data retroativa a 11 de agosto de 2011, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPA Campus Conceição do Araguaia, sem efeito financeiro.

Art. 2º - A comissão será constituída pelos seguintes membros:

Membros – Iane Brito – Docente – Ambiente e Saúde –Presidente

Aleksandra Gomes Jacome – Docente Agrárias – Membro

Fabiana Bassani - Ambiente e Saúde - titular

Jane Maria Rosa Nunes – Técnica Administrativa - titular

Nádia Pajeú Silva – Representante discente - titular

Cristiane Alves Pereira – Representante discente- suplente

Leinete Sousa Silva - Representante da Sociedade Civil Organizada - titular

Art.3º - Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Cícero Antonio Sobreira Fidélis
Diretor do Campus Conceição do Araguaia/IFPA
Portaria nº 259/2011 – GAB



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Campus Industrial de Marabá
Direção Geral

Página nº	02
Setor	Protocolo
Rubrica	Danielly

PORTARIA Nº 037/2011 - GAB/CIM DE 18 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR GERAL DO CAMPUS INDUSTRIAL DE MARABÁ DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, concedidas através da Portaria 237/2010 – GAB, D.O.U. de 30/03/2010, p. 24 e Portaria nº 929/2010 – GAB de 02 de setembro de 2010, publicada no D.O.U. de 16/09/2010, Seção 1, p. 24,

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR**, os membros abaixo relacionados, para comporem a **Comissão Própria de Avaliação – CPA** do IFPA/Campus Industrial de Marabá:

- Docente: **JULIANO BOZI COSTA** – SIAPE nº: 2682932
- Técnico Administrativo: **GEZIEL DE LIMA VIANA** – SIAPE nº: 1812677
- Aluno de Nível Superior (PARFOR): **ROZE-MARY APARECIDA NUNES COUTINHO**
- Representante da Comunidades: **SÉRGIO RODRIGUES DE ALMEIDA**

Art. 2º - Este ato não gera efeitos financeiros e entra em vigor a partir de sua emissão.

Art. 3º - Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


Augusto Sérgio Moreira Cardoso
Diretor Geral
Campus Industrial de Marabá
SIAPE nº 0273075
Port. nº 237/2010 - GAB



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS TUCURUI

MEMORANDO n° 089 / 2011 – DG./ CAMPUS TUC.

Tucuruí-PA, 31 de maio de 2011.

*À Diretora dos Cursos de Engenharias e Tecnologias
Ilma. Sra. Maria de Nazaré Rodrigues Pereira*

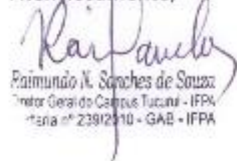
De: Direção Geral Campus – Tucuruí

Assunto: Constituição da CPA do Campus Tucuruí

Prezada Senhora:

Encaminhamos, em anexo, Portaria 045/2011, de nomeação dos membros para comporem a Comissão Própria de Avaliação – CPA do Campus Tucuruí.

Atenciosamente,


Raimundo N. Soares de Souza
Diretor Geral do Campus Tucuruí - IFPA
Matrícula nº 23912310 - GAB - IFPA

ANEXO:10 Novo formulário de pesquisa Categoria discente



MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO-CPA



FICHA DE AVALIAÇÃO DISCENTE Data: ____/____/2013

Campus:	Curso:	Cidade/bairro:	Origem: () Zona urbana () Zona rural	Estado: PA
IDADE:	SEXO: MASC. () FEM. ()	Renda mensal: inferior a 2 salários mínimos () De 2 a 4 salários mínimos () De 4 a 6 salários mínimos () De 6 a 10 salários mínimos		

Organização Didático-pedagógica

		1	2	3	4
	Análise as questões a partir de sua experiência no IFPA, indique o grau de satisfação, através dos indicadores: 1-Bom; 2- Regular; 3-Insuficiente; 4-Não sabe informar.				
1	Conhecimento do projeto pedagógico do curso que realiza				
2	Organização do currículo do Curso (sequência e aprofundamento dos conteúdos)				
3	Qualidade dos Planos de Ensino apresentados pelos professores				
4	Metodologia para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem nas aulas				
5	Avaliação utilizadas nas disciplinas para “medir” os níveis de aprendizagem dos alunos				
6	Conhecimento dos docentes com o conteúdo desenvolvido nas disciplinas,				
7	Orientação acadêmica dos alunos no cotidiano dos cursos;				
8	Orientação e acompanhamento por parte da Coordenação do Curso				
9	Perfil do egresso do curso de acordo com a realidade e legislação da área.;				
10	Supervisão do estágio obrigatório;				
11	O corpo docente e as condições de infraestrutura do Campus,atende a demanda das vagas ofertadas;				
12	As atividades complementares são pertinentes a área de conhecimento do curso.				

Pesquisa e Extensão:		1	2	3	4
13	Condições existentes para o desenvolvimento da pesquisa e extensão;				
14	Qualidade e Quantidade do acervo da biblioteca em sua área de atuação;				
15	Participação em grupos de pesquisa ou estudo no Instituto;				
16	Integração entre ensino, pesquisa e/ou extensão;				
17	Divulgação das atividades de extensão realizadas no IFPA;				
18	Eventos de extensão promovidos pelo Campus;				
19	Políticas e mecanismos de incentivo à pesquisa no âmbito do Campus;				
20	Políticas e mecanismos de incentivo à extensão no âmbito do Campus;				

Comunicação e informação		1	2	3	4
21	Conhecimento do Estatuto, Regimento e Resoluções do Conselho Superior do IFPA;				
22	Formas de comunicação/informação visual no Campus (murais, cartazes, etc.);				
23	Comunicados e informes sobre eventos internos e externos do Campus;				
24	Canais de expressão e reivindicação de melhorias;				
25	Qualidade da informação prestada nos diversos setores do campus;				

Instalações físicas e Relações humanas:		1	2	3	4
26	Condições gerais dos prédios (salas de aula, instalações sanitárias e outros);				
27	Condições de estrutura física do campus (limpeza, segurança, aparência estética etc.);				
28	Estrutura do Laboratório de informática				
29	Espaços, equipamentos e serviços destinados aos laboratórios especializados;				
30	Acervo bibliográfico da área do conhecimento do curso;				

31	Periódicos especializados sob a forma impressa ou digital				
32	Qualidade e desempenho da secretaria acadêmica				
33	Ética nas discussões e relações internas do Campus;				
34	Relacionamento entre os professores e alunos do curso;				
35	Satisfação em relação ao curso que está realizando.				